CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

CONFERENCIAS NA ESCOLA NAVAL

II

CAUSAS POLITICAS DAS INVASÕES

POR

VICENTE ALMEIDA D'EÇA
Capitão de mar e guerra
Lente da 12.ª cadeira da Escola Naval

---

29 DE NOVEMBRO DE 1909

EDIÇÃO DA ESCOLA NAVAL

LISBOA
Typographia da Academia Real das Sciencias
1910

CONFERENCIAS NA ESCOLA NAVAL

Esquadra em que seguiu para o Brazil a familia real portugueza
Desenho feito a giz no quadro negro por João Braz d'Oliveira — Dimensões $1^{m},95 \times 1^{m},25$

CENTENARIO DA GUERRA PENINSULAR

CONFERENCIAS NA ESCOLA NAVAL

II

CAUSAS POLITICAS DAS INVASÕES

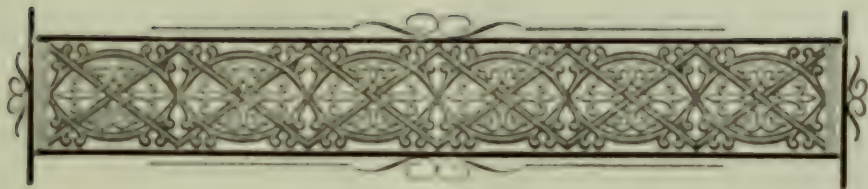
POR

VICENTE ALMEIDA D'EÇA

Capitão de mar e guerra
Lente da 12.ª cadeira da Escola Naval

29 DE NOVEMBRO DE 1909

EDIÇÃO DA ESCOLA NAVAL

LISBOA
Typographia da Academia Real das Sciencias
1910

CAUSAS POLITICAS DAS INVASÕES

Ha menos de quatro mezes passou-se na ilha de Creta um acontecimento importante, mas de que pouca noticia se espalhou.

N'uma tarde de agosto dois navios de guerra de cada uma das quatro grandes nações que pretendem exercer supremacia politica no Mediterraneo, a França, a Inglaterra, a Italia e a Russia, fundearam no porto de Canea, capital de Creta. Na cidade toda a circulação fôra prohibida, todos os estabelecimentos de commercio estavam fechados, nenhum civil podia approximar-se dos caes.

Ao romper da aurora do dia seguinte, de cada um dos oito navios desembarcou um destacamento de marinheiros, egual em numero para cada navio, e acompanhado de peças, ao todo 500 homens, sob o commando supremo de um official inglez. O mesmo silencio da vespera se observava na cidade em tal hora matutina; nem viva alma; mas certamente por detraz d'aquellas paredes, no interior d'aquellas casas, centenas de corações palpitariam de desespero, muitas lagrimas correriam já, provocadas pelo conhecimento do que se ia passar.

O commandante inglez, seguido de officiaes de diversas nações e de algumas praças de marinhagem, diri-

giu-se ao castello; chegado ali, disse ao commandante da gendarmaria cretense estas formaes palavras:

«— Venho cumprir um triste dever; tenho ordem de impedir que a bandeira grega seja içada.»

O official cretense respondeu-lhe:

«— Por ordem dos meus superiores a bandeira não será içada hoje», e entregou a bandeira a um tenente grego que se retirou com ella. De caminho um notavel politico cretense, que fôra ao seu encontro, disse-lhe com voz soluçante:

«— Guardae bem essa bandeira como recordação do nosso lucto.»

Entretanto quatro marinheiros, um de cada nação, approximaram-se do mastro onde se içava a bandeira, e começaram a cortal-o a golpes de machado, alternadamente, para tornar bem claro que as quatro nações compartilhavam por egual a responsabilidade do acto praticado. E para se dar maior relevo á sua participação, logo que o mastro cahiu por terra, uma guarda de quarenta homens, dez de cada nação, ficou no forte, e a sentinella ao local onde o mastro se erguia ha pouco, era rendida, de hora em hora, por um italiano, um russo, um francez, um inglez.

Estava consumado o feito: a bandeira grega não fluctuaria mais em Creta.

Quem fez isto? A diplomacia, a diplomacia apoiada pela força.

Foi bem? Foi mal? Não me pertence a mim dizel-o. Talvez mesmo ninguem o possa dizer ainda conscientemente. O facto praticou-se; as razões estão bem guardadas nos archivos das chancellarias. Só mais tarde poderão ser apreciadas, quando esses archivos revelarem os seus segredos.

Pois bem: o que succedeu ha menos de quatro mezes em Creta, realizou-se ha um seculo em Portugal. Quem praticou, quem preparou, com uma persistencia de mais de duzentos annos, as invasões francezas, foi a diplomacia. E como já a tal respeito os archivos disseram bastante, é tambem tempo de o poder affirmar e demonstrar. Tal é o meu intento.

Sr. Ministro,
Minhas Senhoras,
Almirantes e Camaradas;

Com a expressão do meu agradecimento pela vossa presença n'esta noite, peço licença para recordar o que já vos foi explicado anteriormente quanto á origem e razão d'estas conferencias.

Resolvida a celebração centenal dos factos gloriosos praticados pelo povo portuguez na repulsa dos tres exercitos que, uns após outros, Napoleão Bonaparte enviou no primeiro decennio do seculo passado a invadir o nosso paiz, todas as instituições nacionaes procuraram á porfia cooperar n'essas manifestações, muitas das quaes teem sido em verdade brilhantissimas.

Não podia, pois, a Escola Naval deixar de collaborar n'essa obra de patriotismo, consoante aos limitados meios de que dispõe, e por isso se resolveu que por alguns dos seus professores fosse realisada uma série de conferencias, ou melhor, singelas palestras, cuja materia se relacionasse com o assumpto, procurando cada um dos conferentes, nas disciplinas que professa na Escola, o ponto de vista sob o qual havia de considerar os factos notaveis cujo centenario se está celebrando. Assim, o illustre collega e presadissimo amigo de muitos annos que me precedeu, considerou as invasões sob o aspecto militar. Eu naturalmente teria de consideral-as sob o aspecto politico e diplomatico, e por isso o meu thema estava naturalmente indicado: *Causas politicas das invasões.*

Mas que differença! Ao meu collega coube a parte brilhante, emotiva, d'aquella portentosa historia; ás suas qualidades de escritor cuidadoso e apurado pôde ajuntar a disposição do tempo sufficiente para burilar um dos seus mais primorosos trabalhos, justamente

premiado pelos applausos da culta assembléa que o escutou enlevada. Eu tenho de me occupar de manejos diplomaticos, que, nem por serem urdidos por altos personagens, deixam de apresentar por vezes os aspectos repugnantes das mais baixas intrigas. E depois faltou-me o tempo para coordenar e aperfeiçoar os elementos de que dispunha, e tenho por isso de recorrer quasi ao improviso. D'esta maneira nem o assumpto nem a exposição d'elle são de molde a excitar interesse; e só o favor do auditorio poderá desculpar estes defeitos.

*

É meu intento mostrar que a invasão foi preparada de longa data, de tal arte que fatalmente havia de realizar-se, e tambem que essa invasão, executada por francezes, não encontrou, *nem podia encontrar*, da parte de Portugal a opposição que só veiu a tornar-se possivel depois que a experiencia desfez, aliás em breves dias, uma illusão longo tempo acalentada.

Por se afigurar mais facilmente demonstravel este segundo ponto da minha these, d'elle me occuparei em primeiro logar.

*

Nós, os Portuguezes, raça misturada de muitas raças, mas na qual em todo o caso sobreleva a herança latina, pelo menos nos lineamentos geraes da mentalidade, não renegamos a ascendencia dos fundadores de Roma; somos latinos, com todos os seus defeitos, mas tambem com todas as suas qualidades.

Influencias numerosas e diversas em intensidade recebeu a Nação nos oito seculos da sua passada historia: a leoneza e a castelhana, a italiana, a flamenga, a ingleza, e até durante algum tempo a austriaca. Mas a todas sobreleva a influencia franceza.

Não falarei no proprio fundador, o Conde D. Henrique, oriundo de França, e que assim desde os primordios da nossa vida independente nos trouxe e nos legou essa tendencia para tudo que da sua terra nos viesse. Recordarei apenas o que foi a influencia franceza no tempo de D. Diniz. Do seu mestre e educador, Aymeric d'Ebrard, recebeu elle os influxos do saber e da cultura de França. Então, pela primeira vez, a côrte dos reis portuguezes, cuja vida até esse tempo quasi toda se passára nas luctas da reconquista, começou a apresentar uma feição menos rude, acceitando os requintes da arte franceza e da *gaia sciencia,* nos costumes, nas construcções, de que foi exemplar primoroso esse encantador castello de Leiria, e sobretudo na poesia. D. Diniz, aprendendo e imitando a litteratura dos trovadores, foi elle mesmo um trovador, creando escola na sua côrte, como o testemunha o *Cancioneiro,* e estabelecendo assim os primeiros fundamentos da cultura nacional. A Universidade, fundada por D. Diniz, é o inicio dos estudos portuguezes, e n'essa fundação parece ter tido grande parte o mestre do rei. Mais ainda: tendo cessado as guerras com os Mouros, o *rei lavrador* foi tambem o rei mercador; então desenvolve-se o commercio externo, e esse commercio faz-se principalmente com os portos de França, na Bretanha e na Normandia, e tambem com a Flandres, é certo, mas a Flandres, não obstante as suas peculiares feições, participava muito da cultura franceza. E o successor de D. Diniz, o rei D. Fernando, aperfeiçoou e desenvolveu muito essas communicações, por mar, com os centros d'onde irradiavam os influxos da arte e da industria franceza.

Vem mais tarde D. João I e fala-se muito da influencia ingleza da rainha D. Filippa. Sem duvida essa influencia existiu e sobretudo serviu para purificar os costumes manchados por Leonor Telles. Mas, se os actos dos *inclitos Infantes* são moldados nas lendas da Tavola Redonda, é preciso não esquecer que essas lendas eram conhecidas atravez das narrativas que lhes deram fórma, o romance do San Graal e os outros, todos de origem provençal. As acções dos infantes recordam e re-

flectem as phantasiadas proezas dos cavalleiros andantes, tanto e tanto que o neto de D. João I foi justamente cognominado o *Ultimo rei cavalleiro*.

Suspendeu-se depois, por algum tempo, a influencia tradicional. Surgira a Renascença, realisou-se em Hespanha a união de Castella e Aragão; tornaram-se mais intimas as nossas relações com a Italia; genovezes e venezianos frequentavam assiduamente a nossa terra; a influencia italiana accentuou-se nos costumes e na litteratura; basta recordar que o principe dos nossos poetas traduziu Petrarcha. Peço desculpa da minha insistencia em argumentos de ordem essencialmente litteraria; mas, vós o sabeis, é justamente em factos d'esta natureza que se encontram as mais exactas indicações para se poder determinar as modificações por que vae passando a mentalidade de um povo.

Entretanto reconheço que não devo abusar, e por isso, deixando de citar muitos factos filiados n'essa ordem de idéas, passarei á occupação dos Filippes para recordar que ella foi no começo contrariada pela França que nos mandou Strozzi, e muito melhor em 1640, pois foi a França quem primeiro reconheceu a nossa independencia. Porque o fez e porque mais tarde modificou tão completamente o seu procedimento para comnosco, será explicado na segunda parte d'esta palestra.

Mas o que por agora convém accentuar é que desde então a influencia franceza se radicou por completo no nosso paiz. O castelhano, sempre suspeitado e agora cordealmente detestado, foi posto de parte; então passámos a pensar, a administrar, a sentir e até a falar á moda de França.

Todos sabeis o que foi D. João V, o emulo de Luiz XIV, de quem Chavigny, o embaixador de França em Portugal, dizia *qu'il avait le cœur français.*

Pode dizer-se que é sobretudo a partir do começo do seculo XVIII que se realiza a verdadeira invasão de Portugal pelas idéas francezas.

Pombal, reformando o ensino, teve principalmente em mira os processos italianos e francezes, tanto mais que os novos estudos, sobretudo os das sciencias mathema-

ticas e physico-naturaes, tinham então em França o maior desenvolvimento.

É então sobretudo que a influencia da litteratura franceza nos domina. Primeiro Racine, Corneille, Boileau e os outros classicos do periodo aureo de França, depois Montesquieu, Lafontaine e até Voltaire, começaram a ser lidos e a ser traduzidos em Portugal. Tentou-se pôr diques a essa invasão, quando se começou a reconhecer-lhe os perigos, sobretudo de ordem politica; instituiu-se a Mesa Censoria. De nada valeu. O Duque de Lafões cria a Academia Real das Sciencias, mas a Academia, trabalhando desde o começo afincada e utilmente, adopta os processos da sciencia franceza e não faz mais que diffundil-os. Bocage, talvez o maior dos Arcades, é o maior traductor dos poetas de França. Os livros francezes entram por toda a parte, ás claras e por contrabando, os bons e os maus. Da *Encyclopedia* vieram dezenas de collecções para Portugal. O exemplar que existe na nossa Bibliotheca é, como tantos outros livros francezes, o espolio da livraria de um dos nossos conventos; e assim se entende como é que toda a sciencia franceza do seculo XVIII nos havia penetrado por completo. Mas para que me esforço em demonstrar o que já foi affirmado pela penna brilhante de Latino Coelho? Sirva para amenizar a aridez da minha exposição um trecho da prosa diamantina do grande escritor:

«Os livros que a França produzia e que vinham apparelhando a sua grande revolução, escreve Latino na sua *Historia de Portugal,* tinham sido postos no indice politico desde os primeiros dias da Mesa Censoria, a qual nos tempos de D. José se mostrára egualmente inexoravel contra os jesuitas e os philosophos, contra os encyclopedistas e os ultramontanos. Mas a despeito de quantas cautelosas prevenções inventava o absolutismo, os espiritos selectos não andavam alheios ao movimento das idéas europeias. Voltaire e d'Alembert, d'Holbach e Diderot, Rousseau e Montesquieu, o ardente democrata e o fidalgo publicista, penetravam muitas vezes no recatado gabinete dos pensadores estudiosos, e infiltravam com o amor da liberdade o germen da sedi-

ção. Afanava-se o poder absoluto em calafetar os intersticios, por onde poderia a luz insinuar-se, e a luz atravessava, ainda que frouxa e vacillante, as anteparas officiaes. De todos os contrabandos o mais facil e o menos obnoxio e accessivel ás violentas repressões é o contrabando das idéas. Quando o absolutismo intolerante declara criminosa a divergencia de opinião, decreta a fé e o pensamento, como estatue a moeda e afere as medidas nacionaes, ao excesso de pressão responde quasi sempre o excesso da resistencia. Os espiritos inquietos e mal soffridos exageram a represalia e redarguem á tyrannia dos poderes estabelecidos com uma completa negação de todos os principios consagrados na religião e na politica. Sob os governos discricionarios a liberdade do pensamento principia invariavelmente pela heresia. É assim que a anarchia religiosa antecede e prepara na Gran-Bretanha a revolução constitucional. É assim que em Portugal os engenhos mais illuminados no XVIII seculo dão começo á liberdade de pensamento, professando as idéas philosophicas, divulgadas pelos audazes demolidores da França contemporanea, e caem naturalmente sob a suspicaz jurisprudencia do santo officio antes de provocarem, no advento da revolução, as iras politicas da intendencia.»

Accrescentarei ainda uma indicação. Os *brazileiros,* excitados pela independencia da America do Norte e preparando a sua propria, formavam na vanguarda dos espiritos illustrados de Portugal na segunda metade do seculo XVIII, em que aliás a mentalidade nacional apresenta um brilho tão intenso, como, é minha opinião, ella não logrou ainda apresentar depois. Pois bem: essa pleiade de homens notaveis, oriundos da America portugueza, e que para a Europa vinham aperfeiçoar os seus talentos, esses eram dos que mais sofregamente bebiam a inebriante sciencia da França dos encyclopedistas.

É para citar aqui a observação de um official francez que fez parte da segunda invasão. Conta elle que, atravessando a Hespanha, apenas encontrou penuria, atrazo e ignorancia; mas, transposta a fronteira de Por-

tugal, na provincia do Minho, a differença era completa; por toda a parte encontrava, nas villas e nos campos, palacetes bem mobilados, com bella louça da China, e, o que maior espanto lhe causou, *com livrarias*, onde pela primeira vez, depois que penetrára na Peninsula, pôde ver... livros francezes.

Por tudo isto, diga-se a verdade, é que Portugal recebeu com alvoroço as novas idéas proclamadas pela Revolução. Debalde Pina Manique procurava oppôr-se. Portugal encheu-se de propagandistas; se para cá vieram emigrados da Realeza, tambem vieram fautores da Republica; e as novas idéas eram bem acolhidas, mórmente pela parte mais illustrada da nação: academicos, magistrados, titulares, membros das ordens religiosas.

Mas, se estes factos são exactos, que razão intima os explica, e sobretudo como se entende que a influencia politica franceza se perdesse em Portugal e fosse substituida por outra? A isso vou; careço, porém, de accentuar ainda as razões da influencia da França.

O caracter dos dois povos, o inglez e o francez, é essencialmente differente, e actua sobre o nosso *sentimento* por modo tambem differente.

O inglez é hirto, inteiriço, secco, muitas vezes apparentemente aspero. São assim as phrases habituaes, com que entrecorta a conversação: *All right! Never mind! No force!* E essas phrases incommodam o nosso natural, serio e meticuloso, mas ao mesmo tempo brando e amoravel. Aquella apparente seccura produz-nos frio, desagrada-nos.

O francez é todo cortezia, delicadeza, amabilidade. Mesmo quando não occulta o orgulho proprio, e é tão raro! sabe fazel-o com arte, com graça. *Mon Dieu! Que vous êtes gentil! Ça m'est égal!* são phrases que nos maream, que nos entontecem, que nos seduzem, a nós,

Portuguezes, mais facilmente conquistaveis pelas boas maneiras do que pela aspereza.

D'ahi a attracção pelo que nos vem de França, a desconfiança contra o que nos vem de Inglaterra.

«O francez, disse um critico, não se contenta em não melindrar o proximo, precisa de o acarinhar tão agradavelmente quanto possivel; porque sendo toda a sociedade franceza, na essencia, uma companhia de elogio mutuo, lisonjeia para ser lisonjeado, e não é só nas relações de polidez, mas nas suas relações de ordem social que tem sempre apreço e vaidade.»

Em tudo se manifesta este contraste das duas influencias sobre a alma nacional. A maior paixão de mulher portugueza, ou para melhor dizer a paixão que soube encontrar expressões de mais ardente intensidade amorosa, foi a da freira Marianna Alcoforado por um official francez. E em contraste, D. Maria de Menezes, essa ideal figura de mulher apaixonada, teve a coragem de refrear o seu amor por Beckford... porque este era um *hereje*. Os inglezes herejes causavam horror; em certa occasião foi necessario á policia de Pina Manique empregar as maiores violencias (e podemos imaginar como ellas seriam n'aquelle tempo) para suffocar uma arruaça suscitada pela presença de soldados inglezes n'uma egreja.

E hoje mesmo, a despeito de tanta lição de amarga experiencia, vós o sabeis: pensamos, vemos, vivemos pelas idéas da França.

Escutae. A esta hora, não muito longe de nós, canta-se em S. Carlos o *Fortunio*, um poema quasi indecente, que só tem a desculpal-o a suavidade dos versos de Musset e a leveza da musica de Messager. Perdem-se a pouco e pouco as tradições da tragedia lyrica italiana e aprecia-se mais a farça ligeira de França.

Taes são as razões de natureza affectiva que explicam este facto, o qual aliás nos parece inconcebivel, mas é real: Junot foi recebido de braços abertos *por todos: clero, nobreza e povo*. Por *todos;* Junot era a França com as suas idéas generosas, com o brilho da sua arte, com a seducção da sua lingua!

*

A influencia franceza!

Ainda hontem mais uma vez me quedei alguns momentos a contemplar o sarcophago que, na majestosa basilica da Estrella, encerra os despojos d'essa desditosa Rainha D. Maria I, de quem a tradição affirma que, não obstante ter de ha muito perdido o uso da razão, oppoz tenaz resistencia a embarcar quando Junot se approximou de Lisboa. *Patriæ calamitas irruente hoste immane*, são palavras da bellissima inscripção gravada no marmore do mausoleo.

Pois bem. Quereis vêr até que ponto chegou a influencia franceza? N'essa basilica, obra primorosa, creada de um jacto e que Machado de Castro ornamentou no opulento estylo que se diz de D. João V, o monumento funebre da fundadora foi desenhado sob a manifesta influencia do estylo Imperio. Nem depois de morta lhe souberam afastar a recordação do *inimigo cruel!*

Patriæ calamitas irruente hoste immane.

Eu vi, e alguns dos presentes de certo viram tambem, um dos espectaculos mais temerosos que a Natureza nos apresenta na Arabia adusta.

Já o sol tem passado o zenith e se inclina para o occaso, quando de subito, mercê de maravilha que por completo illude o inexperiente, parece que no horizonte, por vezes a um rumo diverso do habitual, começa a pintar-se o rosicler da aurora. São todos os matizes do arrebol matutino, primeiro levemente desmaiado de rosea côr, depois mais encarnado, logo a seguir purpurino. Parece que a esse alvorecer deslumbrante vae seguir-se um dia tranquillo, um d'esses dias que o homem desejaria não ver findo, tão sofregamente elle bebe a haustos a vida que se lhe afigura existir no céo, na terra, no mar.

Mas a celeste pintura muda ainda de colorido; carregadas as tintas, vae-se tornando rubra, depois plum-

bea, e por ultimo negra. A nuvem galgou ao zenith, começa a descer para o lado opposto áquelle d'onde se levantára; e então, á tenue claridade de ha pouco e á risonha polychromia do começo, substitue-se a treva, a treva absoluta e espessa; ao mesmo tempo chegam as primeiras lufadas do vento do deserto, que logo se transforma em furacão sibilante e violentissimo, ardendo tanto que parece sahir de infernaes fornalhas; e por ultimo os que ainda podem resistir á terrifica impressão sentem-se fustigados pela areia, que outra coisa não era a nuvem de tão diversos matizes, areia finissima, quasi impalpavel, mas que, vibrada pelo impeto do vento, fustiga, fere e fulmina, como se fôra composta de milhares de lategos diabolicos. A desolação, a ruina e a morte alastram-se por toda a parte por onde a nuvem d'areia passou. E durante muito tempo, depois de ter cessado a tempestade, ainda os seus destroços se observam e só mais tarde o homem pode recobrar a serenidade tão violentamente abalada.

Assim foram as invasões francezas. Sem duvida, mais uma vez o affirmo, a influencia franceza se afigurava como que uma aurora promettedora de paz, de liberdade e de progresso. Mas a realização das risonhas promessas foi, bem o sabeis, a mais cruel das desillusões, cruel pelos processos empregados e mais cruel talvez por se applicar a um povo essencialmente generoso e bom.

*

Mas, se a influencia franceza em Portugal era o que eu procurei mostrar, se o sentir e o querer portuguez estavam com a França, como se explica, como se defende que os dirigentes da nação tivessem desde tanto tempo procurado a alliança ingleza?

Os archivos revelaram-nos o segredo d'essa apparente contradicção ou d'esse supposto erro. Dizel-o seria, pois, a parte importante da minha palestra; simplesmente o tempo vae passando rapido, e por isso eu sou forçado a resumir a demonstração.

*

Realisada a reconquista sobre os Mouros e posta de parte a idéa, aliás tantas vezes tentada, de alargar o dominio portuguez á custa dos outros estados em que ainda se repartia a Peninsula, a politica externa de Portugal assumiu uma feição, que principalmente começou a accentuar-se com D. João II, a da neutralidade na Europa. Mais se radicou esse proposito com D. Manuel; se este desejára e fizera tentativas para realisar uma liga dos principes christãos contra os Turcos, nem por isso é menos certo que elle não accedeu á proposta do Papa Leão X para se alliar a Carlos V contra Francisco I de França. Confirma-se essa politica externa com D. João III; é certo que então a alliança com Carlos V foi intima, mas exclusivamente para o fim de mutuamente se auxiliarem os dois soberanos na manutenção dos seus dominios ultramarinos. Foi então que se realisou em Portugal essa bem estudada organisação de defesa maritima, pela qual uma armada de caravellas cruzava constantemente na costa, outra de naus e galeões cruzava mais ao largo a meia travessa dos Açores, e finalmente n'estas ilhas havia navios que servissem para dar comboio ás armadas da India e aos navios do Brazil. Tudo isto era organisado de accordo com as forças navaes de Hespanha, mas tudo com o fim de livrar os mares dos assaltos dos piratas e corsarios e por conseguinte assegurar a chegada a bom porto das armadas que regressassem do Oriente e da America. No resto Portugal mantinha-se neutro, sem se pronunciar nunca em qualquer d'essas contendas que se desenvolveram na Europa no seculo XVI.

Não é neutro *quem quer;* só o é *quem pode sel-o*. Mas Portugal era, n'esse tempo, uma grande potencia naval, e por isso podia resolver e *manter* a neutralidade.

*

Extingue-se a dynastia de Aviz em Alcacer-Kibir, e então Filippe II pode realisar o seu intento de annexar Portugal. Pelo valor do territorio no continente? Não; extensissimos eram os dominios territoriaes da Hespanha na Europa. Pela cobiça das suas colonias? Bem pouco soube defendel-as. Não; o que Filippe II pretendia era o *porto de Lisboa,* era a *armada portugueza.* A sua cobiça era essencialmente de hegemonia europea: combater a heresia, suffocar a Hollanda, esmagar a Inglaterra.

E foi assim que em Lisboa se reuniu a Invencivel Armada, e que no melhor galeão da esquadra portugueza embarcou o chefe d'esse formidavel poder naval.

O porto de Lisboa! Até então as contendas navaes decidiam-se no Mediterraneo. Mas desde que o Atlantico passou a ser o theatro d'essas luctas, o porto de Lisboa era o natural centro das operações.

A Invencivel Armada foi destruida, o poder dos Filippes começa a declinar, a Inglaterra cresce em força; durante os sessenta annos ella foi naturalmente a inimiga de Portugal unido á Hespanha.

Mas, realisada a Restauração, Portugal vê-se em lucta com duas forças diversas e oppostas entre si. Nos primeiros tempos a França, ainda não intimamente ligada á Hespanha, pretende attrahir-nos aos seus interesses; inimiga secular da Inglaterra, á França convinha a nossa alliança; n'esse sentido se envidaram os maiores esforços da diplomacia franceza. Á Inglaterra, crescendo em poder maritimo de anno para anno, egualmente convinha a nossa alliança; o porto de Lisboa era sempre o mais appetecido, e depois os portos da America, ainda então encerrados a toda a navegação estrangeira.

N'isto se passou quasi toda a segunda metade do seculo XVII; e Portugal hesitava; as tendencias naturaes eram pela França; a vantagem politica era pela Ingla-

terra. Portugal não era já uma nação poderosa; carecia de allianças; não podia ser neutral; e entretanto a muito custo manteve a neutralidade.

*

Veiu finalmente um facto que determinou decididamente a politica externa de Portugal: a guerra da Successão de Hespanha.

Desde então os Bourbons de França não poderiam deixar de auxiliar os Bourbons de Hespanha, e esta mantinha o seu sonho de seculos: readquirir Portugal.

Escrevia mais tarde Vergennes, ministro de Luiz XVI, nas suas instrucções ao Marquez de Blosset: «Sabe-se que a casa actualmente reinante em Portugal arrebatou essa corôa a Hespanha, e que jámais a côrte de Portugal *poderá* ou *deverá* persuadir-se de que a Hespanha perdesse o desejo ou a esperança de rehaver um reino que acredita ter-lhe sido arrancado illegitimamente.»

Já anteriormente, pode dizer-se que depois de 1668, a Hespanha, todas as vezes que ameaçou ou atacou Portugal, teve a seu lado ou cobrindo-lhe a rectaguarda soldados francezes. Depois da guerra da Successão a alliança *contra* Portugal era certa.

Continuava o duello secular entre a França e a Inglaterra; continuavam os esforços para obter da parte de Portugal uma neutralidade... que fosse favoravel á França desviando-nos da Inglaterra.

Desenrola-se então, durante todo o seculo XVIII, esse tecido de intrigas diplomaticas em que Portugal se encontrou envolvido, e que umas vezes se traduziam em blandicias e promessas, outras vezes em ameaças e represalias, e quasi sempre representavam em verdade as mais descaroadas insidias, embora sempre, ou *quasi sempre*, encobertas pelas tortuosidades da linguagem das longas cartas de officio e das notas dos embaixadores e outros agentes.

É absolutamente impossivel, no curto espaço de que disponho, apresentar sequer uma resumida synthese d'essas complicadissimas negociações, a maior parte das quaes não tiveram resultado apreciavel. Por isso, tentando apenas dar uma idéa do caracter dominante d'ellas, lerei alguns trechos.

Começarei pelo seguinte extracto de uma communicação do Duque de Choiseul ao nosso ministro em Paris a proposito de um projecto de alliança:

«*Em resultado d'estas reflexões tinha o rei de França* (Luiz XV) *pensado que o meio mais efficaz de pôr um freio á ambição e aos intentos ambiciosos dos inglezes era fazer um tratado secreto entre as tres potencias que seria puramente defensivo, que teria por objecto unico conservar na Europa ou nas outras partes do mundo as possessões dos tres monarchas, e que não teria outra estipulação além da que podesse fazer mal a Inglaterra, e tornar insubsistentes os tratados de commercio que Portugal tinha ou podesse vir a ter com ella; que este convenio seria só conhecido das partes contractantes, e só teria execução nos casos convencionados, não encerrando nenhuma vantagem particular para o commercio da França, e em caso de guerra asseguraria a Portugal a continuação da paz tão desejada com a Hespanha, pois que o rei de Portugal não se obrigava senão a fechar os seus portos indistinctamente a todos os belligerantes; e que emfim este tratado não seria contrario nem á honra, nem aos compromissos de Portugal.*»

Governava então em Portugal o Marquez de Pombal, que reputou preferivel a alliança ingleza e por isso não se deixou alliciar pelas insistencias de Choiseul, que pretendia arrastar Portugal para o Pacto de Familia, com o fim reservado de tirar d'essa alliança todo o proveito para quando chegasse a occasião de poder, como imaginava ou pelo menos desejava, atacar a Inglaterra. O procedimento de Pombal n'esta conjuntura está bem caracterisado no seguinte trecho de um historiador:

«Nem é impossivel, nem improvavel, que o conde de Oeiras, com a sagacidade que não se lhe pode negar, com a ausencia de escrupulos politicos de que a França e a Hespanha lhe forneciam, de que em 1762 lhe tinham

fornecido exemplos, que eram aliás a progenie de outros, se servisse do estratagema que tanto indignára Choiseul, para illudir e enganar a Hespanha no intento de concluir as discordias existentes por questões coloniaes, fazendo-lhe entrever a possibilidade da liga com ella e com a França. Era uma cartada de bom jogador. Se ha quem tente accommodações com o céo, não admira que as haja com a moral politica e diplomatica; essas heresias só não teem absolvição quando não produzem effeito, porque, sendo felizes, a indulgencia plenaria anda decretada nos bullarios de todos os pontifices da diplomacia.»

Os Bourbons de França e os de Hespanha, sempre ligados pelo Pacto de Familia, não desistiam dos designios de arrastar Portugal nas suas luctas com a Inglaterra. Isto passára-se em 1770, e então, diz o escritor já citado, «foi aventada a idéa de que a França enviasse á Hespanha um exercito auxiliar, devendo convencionar-se a respeito da diversão de Hespanha em Portugal, *se devia ter apenas um fim de compensação ou se deveria ter o caracter definitivo de conquista.* (Notem-se bem estas palavras.) Esta hypothese, que naturalmente seria figurada por parte da côrte de Madrid, pareceu a Choiseul perigosa, porque segundo o seu entender, para se realisar, seria necessario terem os alliados a felicidade de obter victorias e rapidas em todas as partes do mundo, e que sem essas victorias a conquista de Portugal seria apenas momentanea, porque para a sustentar e consolidar seria mister o emprego de muitos exercitos de sessenta mil homens, devendo a campanha principiar por uma e outra extremidade do reino. Está a vêr-se que Choiseul estava predisposto pelas informações que d'Amboise lhe déra ácerca do estado do exercito portuguez, e das praças de guerra comparativamente ás hespanholas, a proposito do que escrevia a este dizendo-lhe, *que elle não deixava de prevenir o governo de Madrid de que não olhasse com tanta imprudencia o inimigo natural; que tivesse cautela com elle, não confiando muito em tal inimigo ao pé da porta.* N'estas combinações *ad usum delphini*, occorreu ao duque de

Choiseul esta hypothese *temerosa:* que, em ultimo extremo, a familia de Bragança *se retiraria para o Brazil, onde constituiria um imperio poderoso que mais tarde viria invadir a outra parte do globo.*»

Afóra o exaggero do temor expresso nas ultimas palavras, estaes vendo como já então se pensava na possibilidade de um facto que mais tarde se realisou, e como já então se apreciava justamente a consequencia importantissima d'esse facto possivel.

*

Frequentes vezes se tem affirmado o predominio da politica ingleza em Portugal no seculo XVIII. Mas é preciso não esquecer que Portugal se manteve neutral na guerra da Independencia da America; e, o que mais é, adheriu expressamente aos principios da Primeira Neutralidade Armada, o que de modo algum podia ser agradavel á Inglaterra, contra a qual esses principios haviam sido pactuados pelas nações do Baltico.

Em 1761, porque Portugal não acompanhou os Bourbons do Pacto de Familia n'uma das suas arremettidas contra a Inglaterra, logo foi invadido pela Hespanha. Commandava o exercito invasor o general D. Nicolau de Sande, Marquez de Soria, o qual, precursor de Junot, proclamou aos Portuguezes que *vinha livrar-nos da tutela ingleza.* Vêde, senhores, se não é verdade que os factos e as idéas das invasões napoleonicos foram apenas a consequencia, a repetição de factos já anteriormente realisados, de idéas já anteriormente preconisadas.

Já durante o seculo XVII e sobretudo a partir de 1730 foi pretensão constante de França realisar com Portugal um tratado de commercio que lhe desse vantagens economicas e diminuisse as concedidas á Inglaterra. Ainda em 1780, no proprio anno da Revolução, o ministro de França em Lisboa recebia do seu governo as seguintes instrucções: 1.º que, no caso de guerra entre

a França e a Inglaterra, Portugal observasse neutralidade perfeita e absoluta; 2.º que Portugal concedesse á França todas as vantagens commerciaes de que a Inglaterra gosava.

Foi, pois, n'estas luctas diplomaticas que Portugal teve que bater-se nos seculos XVII e XVIII. Deve dizer-se que n'ellas raras vezes faltou á diplomacia portugueza saber e energia; mas não é menos certo que ella teve de se defrontar constantemente com a Hespanha, que não perdia a idéa fixa da reconquista, e com a França que persistia em obter as vantagens economicas e politicas da alliança com Portugal. Certamente as duas pretensões contrariavam-se em parte; mas realisasse-se uma d'ellas e sempre haveria maneira de contentar a outra. Por isso França e Hespanha mais ou menos se combinaram na invasão de Portugal; a partilha dos lucros viria depois. Approximava-se a epoca em que o designio de tantos annos havia de executar-se. Pretendeu fazel-o a Republica, consummou-o o Imperio. Mas fica provado, e esse era o meu intento, que a invasão de Portugal estava planeada desde muito tempo.

*

É forçoso apressar a conclusão, e por isso eu tenho de resumir o muito que ainda deveria dizer.

Deu-se a Revolução Franceza. Passado o episodio do Rossilhão, a que fomos arrastados pela Hespanha, já governada por Godoy, este allia-se ao Directorio e por baixo de mão embaraça as negociações de Portugal para restabelecer a paz; o seu fito era promover que o Directorio nos impozesse condições tão duras que provocassem a recusa da nossa parte e justificassem uma invasão do nosso paiz, combinada nos seus principaes lineamentos: adeante viriam os francezes, na rectaguarda os hespanhoes. A prova clara d'estes projectos é o seguinte artigo do Tratado de Santo Ildefonso, de 1796, entre a Hespanha e o Directorio: «Sua Majestade Ca-

tholica promette valer-se da sua influencia ou do *seu poder* para persuadir ou *obrigar* Portugal a fechar os seus portos aos inglezes, logo que a guerra seja declarada; e o Directorio Executivo da Republica Franceza promette á Hespanha todas as forças necessarias para este effeito, se aquella potencia se oppozesse á vontade de Sua Majestade Catholica.»

Antonio de Araujo, nosso ministro em Paris, procurava conjurar a tormenta, empregando toda a sua diplomacia para fazer passar um Tratado que fosse o menos oneroso para Portugal. Deve dizer-se que, a par dos argumentos de ordem diplomatica, Araujo empregava outros bem mais convincentes e que de melhor grado eram recebidos pelo Directorio; a poder de baixellas, de ouro em barra e de diamantes iam-se adeantando as negociações n'uma epoca e n'um paiz onde tudo se vendia; só para Amsterdam foram dezesete saccos de diamantes pesando cento e cincoenta e sete mil quilates!

A despeito de tamanhos esforços o Tratado não foi ratificado, e Araujo foi preso no Templo, caso inaudito por ser contrario aos mais elementares e tradicionaes preceitos do Direito das Gentes.

Portugal ficou então definitivamente condemnado. Triumphou Godoy, que eu não sei se já então havia recebido o titulo de Principe da Paz. A dynastia de Bragança ia cessar de reinar.

Decorreram ainda alguns annos até que o feito se consummasse, mas o proposito quasi secular mantinha-se e ia-se aperfeiçoando; isto é que é essencial fixar.

Quando elle finalmente se realisou, quando em 1807 Bonaparte ordenou a invasão, serviam-se os interesses da Hespanha, mas serviam-se principalmente os interesses da França, ou, o que o mesmo é, os do seu dictador de occasião e conforme as vantagens d'esse momento especial. Não eram as colonias portuguezas que Napoleão principalmente pretendia; a França vendera pouco antes a Luisiania por oitenta milhões; não, o que Napoleão queria n'aquelle momento era o *porto de Lisboa,* era a *nossa esquadra:* a nossa esquadra, que

lhe serviria de nucleo para a reconstituição da que perdera em Trafalgar; o porto de Lisboa, que lhe serviria de novo centro de operações navaes para a invasão de Inglaterra, de que não desistira ainda, ou pelo menos para a resistencia ao poder naval britannico, sem cuja destruição elle bem entendia que não poderia ter socego.

Por isso grande foi o desespero de Junot quando, chegado a Lisboa, soube que a esquadra portugueza havia sahido. Ainda mandou os seus ajudantes a todo o galope com ordens para as Torres da barra fazerem fogo sobre os navios; já era tarde; a esquadra estava ao largo, ia-se sumindo na tremulina do horizonte.

*

A esquadra portugueza! Essa esquadra, organisada por Martinho de Mello e por Sousa Coutinho, boas razões tinha Napoleão para a cobiçar, porque ella hombreava na qualidade e força das suas unidades com as melhores de que dispunha a marinha ingleza do tempo, e porque os seus chefes e guarnições já tinham dado provas na Mancha, no Estreito, no Mediterraneo, e não receavam parallelo com tantos que n'essa epoca se illustraram.

Eil-a além, debuxada a rapidos traços no quadro preto pela mão segura do meu presado camarada Oliveira, que tão bem sabe burilar a phrase como dar vida ao desenho. Ali está phantasiada essa esquadra, quando levava para a America o Principe Regente, a Familia Real, a Côrte e os Tribunaes. Por bombordo da nau almirante vê-se o navio chefe da divisão ingleza que durante alguns dias acompanhou a esquadra portugueza. E aquelle quadro me recorda um episodio, bem conhecido dos que me ouvem, mas que eu peço licença para relembrar ao seu enthusiasmo de marinheiros.

Não era já a bonança figurada no quadro. O tempo

tornára-se brusco, crescera o vento, levantára-se o mar. Tinha chegado a occasião em que, segundo as instrucções recebidas, o almirante inglez havia de regressar ao bloqueio da costa, cessando o comboio. Então, pelo porta-voz, elle communicou ao almirante portuguez que tinha a bordo uma pequena caixa com um presente do Regente de Inglaterra para o Regente de Portugal, mas que, não permittindo o estado do mar que se arriasse uma embarcação, a conservaria a seu bordo até melhor opportunidade. Pelo porta-voz respondeu o nosso almirante que lhe propunha approximar a sua nau da nau ingleza o bastante para no laes da verga grande receber o presente. Assim se fez: as duas naus approximaram-se quasi a beijo; e então, n'um dado momento, aproveitando a sota do balanço, do laes da verga grande da nau ingleza passou, de mão para mão, para o laes da verga grande da nau portugueza o presente do Regente de Inglaterra. Considere-se o perigo imminente da atracação, o perigo augmentado pela responsabilidade das vidas que iam a bordo, e veja-se se não eram manobristas arrojados, emparelhados apenas pelos do outro navio, os manobristas portuguezes de então!

*

Vou terminar.

Citam-se na nossa historia, como na dos outros povos, certas phrases que nos enthusiasmam e exaltam, fazendo-nos ter em elevado conceito quem as pronunciou.

Fartar, villanagem! foi uma d'essas phrases: Boas palavras, proprias de um homem altivo, conscio do seu valor e cheio de desdem pelos enredos em que os invejosos pretendiam envolvel-o, conseguindo perdel-o. Sem duvida. Mas se o Infante D. Pedro fosse menos cavalleiro e mais politico, se tivesse sabido ou querido reprimir o impeto do primeiro momento, se fosse tão astuto e persistente como seu irmão, o solitario de Sagres, não teria perecido nos plainos de Alfarrobeira, e

ter-se-hia conservado para gloria da sua patria e para guia seguro de D. Affonso V.

Morrer de vagar! foi outra phrase d'esse genero. Não a tivesse, porém, pronunciado D. Sebastião, ou, o que o mesmo é, não tivesse arriscado loucamente a propria pessoa, que representava uma Nação, em empresa temeraria e inutil, tivesse ao menos conservado o contacto com o mar e retirado a tempo, e a sua morte nos areaes de Alcacer-Kibir não teria arrastado com ella a morte da gloriosa dynastia d'Aviz e o consequente captiveiro da Patria.

Resistir! esta phrase não se pronunciou quando Junot invadiu Portugal; mas depois, quando a resistencia *pôde* organisar-se com auxilio de estranhos, foram lançados os mais crueis apodos a quem havia retirado, e essa censura tem-se repetido atravez dos tempos.

Resistir? Como? O exercito, desorganisado, tinha sido mandado retirar para a beira-mar; era impossivel retroceder rapidamente para a fronteira. Eram poucos milhares os soldados de Junot, e cançados, esfomeados e rotos? Eram; mas tinham a auxilial-os o exercito hespanhol que ao mesmo tempo invadiu Portugal pelo norte, tinham na rectaguarda o resto do exercito da Gironda, de que elles eram apenas uma parte, d'esse exercito onde se reuniam as maiores glorias da França militar, e tinham ainda o prestigio d'essas glorias e o do nome do seu chefe aureolado em cem batalhas, prestigio tamanho que foram necessarias as mais crueis violencias e as mais torpes abominações do general e dos seus sequazes para que elle se desvanecesse na alma credula e candida d'este bom povo portuguez.

Resistir? Para quê? Para que se satisfizesse o mais ardente desejo de Napoleão: aprisionar o Regente e a sua familia, apresar a esquadra portugueza. Poderia esta ao menos ter ficado no porto? Não: uma esquadra engarrafada é uma esquadra perdida, vós o sabeis; e o cruzeiro inglez não deixaria que ella se fizesse ao largo. Deveria ella ficar para atacar os soldados de Junot? Teria que arrazar ao mesmo tempo a capital.

Não; não posso deixar de verificar que a retirada

para o Brazil foi a salvação de Portugal. Salvando-se a dynastia, tornou-se *possivel* a salvação do reino. Se a dynastia houvesse sido anniquilada, não ficaria razão politica para que mais tarde a independencia podesse restaurar-se. Conheço bem que esta não é a opinião, direi melhor, o *sentimento* geral; mas a essa convicção me levou o estudo das circumstancias que haviam preparado as invasões e d'aquellas que realisaram a repulsa.

A catastrophe era inevitavel e a lição era necessaria. Tornava-se indispensavel presenciar os horrores praticados pelos novos Attilas para que se sentisse bem a necessidade de nos prepararmos melhor para a defesa com as armas e com a politica.

Por isso e antes de findar, assim como por vezes o medico ministra o remedio de amargor insupportavel para provocar a reacção da natureza prestes a esmorecer, assim eu penso que é necessario de vez em quando recordar á Nação Portugueza o que d'ella se pretendeu fazer em Fontainebleau. Leiam-se e meditem-se os artigos do pacto infame.

Vêde como se retalhava este nobre paiz.

«Artigo 1.º A provincia de Entre Douro e Minho com a cidade do Porto se dará em toda a propriedade e soberania ao Rei de Etruria, com o titulo de Rei da Lusitania Septentrional.» Duplo ganho: lucrava Napoleão que assim completava o sonhado reino da Italia, lucrava o duque de Parma, mal seguro no seu ephemero e minusculo reino de Etruria.

«Artigo 2.º A provincia do Alemtejo e o reino dos Algarves se darão em toda a propriedade e soberania ao Principe da Paz, para que os disfructe com o titulo de Principe dos Algarves.» Soberbo presente para premiar uma vida inteira de cavillações!

«Artigo 3.º As provincias da Beira, Traz-os-Montes e a Extremadura Portugueza ficarão em deposito até á Paz Geral, para se dispôr d'ellas segundo as circumstancia e conforme ao que convenha ás duas altas partes contractantes.» Sabemos o que valia este euphemismo de *deposito:* era a conquista disfarçada em occupação militar; era o porto de Lisboa para o conquistador.

Mas a triaga era demasiado amarga; convinha adoçal-a um pouco; deixava-se ainda o hypocrito vislumbre do que a dynastia portugueza *poderia* vir a recuperar alguma coisa, bem entendido, com asperas condições. Vejamos.

«Artigo 8.º No caso de que as provincias da Beira, Traz-os-Montes e Extremadura Portugueza, tidas em sequestro, sejam entregues, á Paz Geral, á Casa de Bragança *em troca de Gibraltar, Trindade e outras Colonias* que os Inglezes teem conquistado sobre Hespanha e seus alliados, o *novo Soberano* d'estas provincias terá, com respeito a S. M. Catholica o Rei de Hespanha, os mesmos vinculos que o Rei da Lusitania Septentrional e o Principe dos Algarves, e serão possuidas por aquelle debaixo das mesmas condições.» Esses *vinculos*, estabelecidos no artigo 7.º do Tratado, eram os do claro e expresso *protectorado* exercido pela Hespanha.

Venha mais. Esgotemos até ás fezes o calice da incomportavel amargura. Ouçamos a sorte traçada para o nosso imperio colonial.

«Artigo 12.º S. M. o Imperador dos Francezes, Rei da Italia, obriga-se a reconhecer a S. M. Catholica o Rei de Hespanha como *Imperador das Duas Americas*, quando tudo esteja preparado para que S. M. possa tomar este titulo, o que poderá effectuar-se na occasião da Paz Geral ou o mais tardar dentro de tres annos.»

«Artigo 13.º As duas altas partes contractantes se entenderão para fazer uma divisão das ilhas, colonias e outras propriedades ultramarinas de Portugal.»

Ouvistes bem, senhores? Sentistes bem o sangue correr-vos mais apressado, os vossos corações baterem com maior ancia, ao ser-vos recordado o modo como se pretendeu repartir o solo da nossa Santa Patria? Pois bem: taes foram as causas politicas das invasões. E essas causas hão de repetir-se, lembrai-vos bem, e as ameaças do despojo hão de renovar-se, se nós não soubermos vêr na lição da Historia o aviso para proceder de modo a evital-as: armar-nos e fazermos boa politica interna e externa.

*

Senhores, o illustre collega que me precedeu, em certa passagem do seu notavel trabalho, adoptando como proprias as palavras de escritor estranho, mas dando-lhes relevo e brilho excepcionaes, disse-nos em imagens eloquentes o que era a Patria. Não vos repetirei essa passagem soberba; resumo-a n'um unico pensamento, n'uma synthese: a Patria é a Bandeira.

Santa Bandeira da Patria! Que meus olhos nunca tenham o espectaculo dolorosissimo de te verem arriada da haste onde fluctuas gloriosa n'esta abençoada terra de Portugal! Mas se tal houvesse de succeder, se essa signa adorada tivesse de partir para outras terras, ahi onde tu fluctuasses livre, ahi seria a minha Patria!

Disse.